



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 3.390, DE 2024** **(Do Sr. Washington Quaquá)**

Institui a obrigatoriedade de guarda e gestão de materiais descartados em aeroportos brasileiros, garante que o passageiro não seja prejudicado em seu embarque e estabelece penalidades para extravio de bens.

**DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE:

DEFESA DO CONSUMIDOR;

VIAÇÃO E TRANSPORTES;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54 RICD); E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

### **PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Deputado Federal Washington Quaquá – PT/RJ**

**PROJETO DE LEI Nº 2024**  
**(Dep. Washington Quaquá)**

**Institui a obrigatoriedade de guarda e gestão de materiais descartados em aeroportos brasileiros, garante que o passageiro não seja prejudicado em seu embarque e estabelece penalidades para extravio de bens.**

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Fica instituída a obrigatoriedade para todos os aeroportos brasileiros de manter serviços de guarda e gestão de materiais descartados que foram impedidos de passar pelo raio-X e outros sistemas de segurança, por um período mínimo de seis meses, e garante que o passageiro não seja prejudicado em seu embarque devido a esses materiais.

**Art. 2º** Para fins desta lei, consideram-se materiais descartados aqueles itens que foram rejeitados no controle de segurança aeroportuário, incluindo, mas não se limitando a, perfumes, isqueiros, bebidas e outros produtos proibidos para transporte aéreo.

**Art. 3º** Os aeroportos deverão seguir os seguintes procedimentos para a guarda e gestão dos materiais descartados:

I - **Armazenamento:** Os materiais deverão ser armazenados em local seguro e devidamente identificado, de forma a evitar qualquer risco à segurança e à saúde pública.

II - **Registro:** Todos os itens descartados devem ser registrados em um sistema eletrônico acessível, que possibilite o acompanhamento da quantidade, descrição e data do descarte.

III - **Controle de Período:** A guarda dos materiais deve ser realizada por um período mínimo de seis meses a partir da data do descarte.

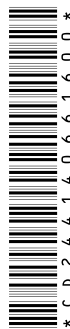
IV - **Destinação Final:** Após o período de seis meses, os materiais deverão ser encaminhados para uma destinação final adequada, conforme as regulamentações ambientais vigentes, ou, se aplicável, para doação, conforme legislação específica.

**Art. 4º** Garantia de Embarque:

I - **Não Perda de Embarque:** O passageiro que tiver seus materiais descartados no controle de segurança não deverá ser penalizado em relação

Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gabinete 313 CEP 70160-900 –  
Brasília/DF

Tel (61) 3215-5313 dep.washingtonquaqua@camara.leg.br





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### Deputado Federal Washington Quaquá – PT/RJ

ao horário de seu embarque. O processo de descarte não deve interferir no prazo de embarque do passageiro.

**II - Procedimento de Cadastro:** O aeroporto deverá fornecer um comprovante de descarte ao passageiro, indicando o tipo de material e a data do descarte, para que o passageiro possa apresentar qualquer eventual necessidade ou reclamação junto à companhia aérea.

#### **Art. 5º** Penalidades:

**I - Extravio de Bens:** Em caso de extravio de bens armazenados, a concessionária do aeroporto será responsável pelo pagamento de multa equivalente a três vezes o valor atualizado do produto extraviado.

**II - Base de Cálculo da Multa:** O valor da multa será calculado com base no valor atual do produto no mercado, considerando o preço médio de venda do item no momento do extravio.

**III - Responsabilidade da Concessionária:** A responsabilidade pelo pagamento da multa será da concessionária do aeroporto que gerencia o local onde o material foi armazenado.

**Art. 6º** A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) será responsável pela fiscalização do cumprimento desta lei, podendo realizar inspeções nos aeroportos e exigir relatórios periódicos sobre a gestão dos materiais descartados e o cumprimento das disposições relacionadas ao embarque dos passageiros.

**Art. 7º** O não cumprimento das disposições desta lei sujeitará os aeroportos a penalidades adicionais, incluindo multas e outras sanções administrativas, conforme regulamentação a ser estabelecida pela ANAC.

**Art. 8º** Esta lei entra em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação.

#### **Justificação:**

Este projeto de lei visa assegurar uma gestão adequada dos materiais descartados durante o processo de segurança aeroportuária, sem prejudicar os passageiros quanto ao seu embarque. Ao estabelecer um período de guarda de seis meses e penalidades específicas para o extravio de bens, pretende-se melhorar a eficiência e a responsabilidade na administração dos itens descartados, protegendo os direitos dos passageiros e promovendo uma gestão mais eficiente dos aeroportos.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 2024.

Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gabinete 313 CEP 70160-900 –  
Brasília/DF

Tel (61) 3215-5313 dep.washingtonquaqua@camara.leg.br





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Deputado Federal Washington Quaqué – PT/RJ**

**Dep. Washington Quaqué PT/RJ**

Apresentação: 30/08/2024 09:49:01.600 - MESA

**PL n.3390/2024**

Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gabinete 313 CEP 70160-900 –  
Brasília/DF

Tel (61) 3215-5313 [dep.washingtonquaqua@camara.leg.br](mailto:dep.washingtonquaqua@camara.leg.br)



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD244140661600>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Washington Quaqué



**FIM DO DOCUMENTO**